



BRASÍLIA MODERNISTA E O USO DA MADEIRA: tombamento e desafios na preservação do Catetinho

Teorias e práticas de intervenção no Moderno

Maritza Dantas

Arquiteta e Urbanista. Mestranda no Departamento de Teoria e História da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – UnB
maritza.dantas@gmail.com

Ana Elisabete Medeiros

Doutora. Professora Adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília - UnB
ana@unb.br

Resumo:

Na área destinada à futura capital, em contraste com o discurso de modernidade e uso de materiais inovadores, as primeiras edificações erguidas foram de madeira: desde os assentamentos de pioneiros, que abrigavam os protagonistas da construção da cidade, erigidos no entorno do Plano Piloto, até a primeira residência oficial do Presidente da República, o Catetinho, monumento modernista em madeira assinado por Oscar Niemeyer. Contudo, grande parte desses conjuntos edificadas perdeu-se, dentre outros motivos, pelo estigma de caráter provisório atrelado ao uso de seu material construtivo. Apesar disso, assim como o apelidado “palácio de tábuas”, parte dos remanescentes foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), reconhecidos enquanto herança patrimonial de Brasília e, com auxílio do órgão, resistem ao tempo.

Este artigo analisa a madeira como arquitetura moderna e faz um panorama dos procedimentos de preservação do patrimônio edificado nesse material. Examina o Catetinho, seu processo de tombamento precoce, investigando como ele ultrapassou estigmas de edificação provisória e não-durável, provenientes, dentre outros motivos, devido ao uso da madeira; sua jornada enquanto patrimônio cultural no passado e no presente e, por fim, quais os métodos e princípios embasam sua política de preservação.

Palavras-chave: preservação do patrimônio moderno, arquitetura em madeira, Brasília, Catetinho.

Abstract:

In the area intended for the future capital's erection, against the rhetoric of modernity and use of innovative materials, the first established buildings were wooden-made. Not only the worker's settlements, but also the primary official residence of the President of the Republic, the so-called Catetinho, a modernist timber monument signed by the notorious architect Oscar Niemeyer. However, most of these sets of buildings were lost, among other reasons, due to the stigma of a temporary construction associated with the use of their construction material. Nevertheless, like as well as the so-called "board palace", some of the remains were recognised and documented by the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN), as Brasília's cultural and historical heritage and, with the help of IPHAN, they persevere through time.

This paper analyses the use of timber in the Modern Movement of architecture and proceeds with an overview of the procedures of preservation of cultural heritage built in this material. Moreover, it examines the early recognition of Catetinho as a modern Brazilian heritage, investigating how it



overcame temporary and non-durable construction stigmas, arising among other reasons due to the usage of wood and its journey as cultural heritage in the past and in the present.

Keywords: *preservation of modern heritage, timber architecture, Brasília, Catetinho.*



BRASÍLIA MODERNISTA E O USO DA MADEIRA: tombamento e desafios na preservação do Catetinho¹

INTRODUÇÃO

A arquitetura moderna surgiu na Europa em meio à devastação pós primeira guerra mundial e trazia um forte discurso impregnado de preocupações sociais e objetivos estéticos. O avanço tecnológico impulsionou o desejo de criar uma vertente arquitetônica com pouca ou nenhuma referência ao passado. Os novos materiais foram utilizados em larga escala na proposição de mudança estética aliada ainda à inovação tecnológica com vistas a uma perspectiva de mudança social.

O uso da madeira, por ser um material que remetia a um passado histórico na arquitetura, contrapunha-se às novas ideologias pregadas na época. Porém, houve exemplares de edificações modernistas que ligavam-se à intenção do arquiteto em reverenciar as suas tradições ou como um fator de desenvolvimento social, cultural e econômico do país. Isso demonstra que a madeira se tornou constitutiva desse novo projeto arquitetônico.

Neste artigo, traça-se um breve histórico relativo ao uso da madeira na arquitetura moderna brasileira e quais as políticas preservacionistas existentes para preservação dos bens edificados nesse material. Traz, como estudo de caso, a primeira residência do Presidente da República em Brasília, o Catetinho, bem edificado em madeira, concebido pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Discute-se sua concepção, seu processo de tombamento, as tentativas de restauro sofridas durante o passar dos anos e qual o estado de conservação atual do bem.

PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL

Pode-se entender o patrimônio como um lugar de construção e afirmação da memória da sociedade. Para além de seu significado léxico, o sentido evocado é o da salvaguarda de algo significativo, em um contexto pessoal, local ou global. Segundo Gonçalves (2003, p.26), o patrimônio deve, portanto, ser abordado como “uma categoria de pensamento extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana”.

O debate preservacionista em solo brasileiro é uma questão relativamente recente. Costuma-se situar suas origens, de fato, na década de 1920, quando são desenvolvidos os primeiros projetos de lei a esse respeito. Entretanto, é importante analisar o contexto em que se encontrava o país. Havia, na América Latina como um todo, um declínio na hegemonia Europeia, dentre os diversos motivos, uma das consequências foi o fim da 1ª. Guerra Mundial. No Brasil, Pinheiro (2006, p.6) pontua que os mentores da arquitetura Neocolonial, vertente em voga da época, perceberam a desvalorização do estilo Colonial que havia, supostamente, sido a matriz da concepção dos princípios arquitetônicos que seguiam e “se aperceberam desta situação, e está certamente entre seus méritos o de ter estimulado e, mesmo, patrocinado a realização de inventários da arquitetura colonial durante a década de 1920”.

¹ Este artigo foi desenvolvido durante a elaboração da dissertação intitulada “Arquitetura Moderna em madeira: desafios na preservação do Catetinho” sob orientação da Prof^ª. Dr^ª. Ana Elisabete Medeiros.



Ainda conforme Pinheiro (2006, p.7), na década de 1930, “as iniciativas preservacionistas começam a alcançar resultados mais consistentes”. Pode-se destacar em 1933 a declaração de Ouro Preto como monumento nacional, em reconhecimento a seu rico passado histórico. Em 1934, o governo federal criou a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, que chegou inclusive a promover intervenções de restauro e, em 1936, criou-se o primeiro órgão nacional de preservação do patrimônio: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), precursor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A atuação do SPHAN foi regulamentada pelo Decreto-lei 25/37 e, em seus primeiros trinta anos foi comandado pelo advogado de formação Rodrigo Melo Franco de Andrade, com o auxílio multidisciplinar de intelectuais, alguns impulsionados pelas ideias da Semana de 22, dentre eles Mário de Andrade, Lucio Costa e Gilberto Freyre. O Anteprojeto que antecedeu o Decreto-lei 25/37, concebido por Mário de Andrade, foi documento base de criação do SPHAN e tem em seu cerne muito do DNA modernista. Naturalmente, muito das ideias das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural no Brasil seguia tais preceitos. Para Santos (2012), o Anteprojeto é denso e controverso, tanto nos detalhes do texto, como na sua abrangência, e estabelece os objetivos da nova instituição destinada a preservar o patrimônio, que incluía a arte, a arquitetura, os museus e a arqueologia entre suas preocupações. Além disso, o documento definia a obra de arte patrimonial, classificando-a em oito categorias; determinava um novo termo para nomear a proteção, “tombamento”, diferente da palavra “classificação”, tradução literal do francês adotada internacionalmente; criava quatro livros de tombos e quatro museus nacionais a eles associados, os quais ficam definidos assim como instrumentos e lugares da preservação, e nomeava interlocutores e opositores ao definir o que entendia por “patrimônio artístico nacional” e como deveria ser a sua preservação.

Se a função do Anteprojeto era formalizar a primeira iniciativa efetiva de institucionalização do patrimônio no Brasil e servir de base para o texto do Decreto-lei 25/37, ele extrapola suas atribuições e cria discussões e polêmicas que ainda persistem. Pinheiro (2006) aponta que no texto final do decreto entendia-se Patrimônio Histórico e Artístico nacional como:

o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja preservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. [...] só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de “inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo (BRASIL, 1937, s.p.)

Um dos principais pontos de distinção entre os dois textos, justificativa para uma suposta dicotomia apontada na maior parte das comparações críticas entre ambos, é a inclusão, no Anteprojeto, dos monumentos da arte popular e seus aspectos, que ultrapassam os pormenores materiais, entre os bens que deveriam ser avaliados e eventualmente protegidos pelo SPHAN, e que foram excluídos do texto do Decreto, desconsiderando os aspectos intangíveis intrínsecos do patrimônio (SANTOS, 2012).

Além disso, o texto do Decreto-lei 25/37, preterindo o Anteprojeto, teria gerado uma ação patrimonial “elitista” ou até “classista” pelo fato de proteger preferencialmente a arquitetura religiosa e militar do Brasil colonial, reveladora do “desejo por um país passado, com quatro séculos de história, extremamente católico, guardado por canhões, patriarcal, latifundiário, ordenado por intendências e casas de cadeia, e habitado por personagens ilustres, que caminham entre pontes e chafarizes” (RUBINO, 2000, p.97 apud SANTOS, 2012, p.45)

O IPHAN (2006), considera que o tombamento é a primeira ação a ser tomada para a preservação dos bens culturais. Fonseca (2015, p.2) destaca que o tombamento foi o “principal instrumento legal disponível para a preservação do patrimônio cultural brasileiro”.



Pode-se dizer, nas primeiras décadas de atuação do órgão de proteção, que a ação de tombamento certos bens visavam, acima de tudo, proporcionar a salvaguarda do substrato material do patrimônio em detrimento aos seus potenciais “aspectos intangíveis da cultura” e significância imaterial, por assim dizer (LIMA FILHO; ABREU, 2007, p.30).

Santos (2012) ressalta o perfil de um conceito de patrimônio que “privilegia os bens de pedra e cal, sobretudo religiosos, de Minas e Rio de Janeiro”, conclusão baseada, dentre outros fatores, em pesquisa que elaborou sobre a recorrência dos temas tratados e dos títulos dos índices da Revista do Patrimônio. Leituras que tinham o objetivo de interpretar as políticas de atuação e as práticas institucionais do órgão. O autor assinala a preocupação dos dirigentes da instituição, desde a edição do primeiro número da revista, com a presença da arquitetura vernácula e da arte popular, ou folclore, nas publicações. De acordo com Rodrigo Melo de Andrade (1987), Mario de Andrade dizia que achava não haver espaço para tais expressões nas publicações uma vez que a revista atendia “às atribuições atuais do Serviço.” Entretanto, retificava que o assunto deveria ser introduzido quando fosse “compreendido no conceito de arte popular” (ANDRADE, 1987, p.129).

A predominância de técnicos-arquitetos nos quadros funcionais do SPHAN, apenas reforça a ideia de que essa teria sido uma das razões da preferência pela proteção dos “bens de pedra e cal”. A partir dessa constatação tem-se a priorização “elitista” da arquitetura como suporte da memória e da técnica construtiva da “pedra e cal” como critério de identificação, hierarquização e proteção no Brasil. Gonçalves (2015, p.220) relata que até os anos 1980 os discursos voltavam-se para a nação, e todo e qualquer bem tombado era monumento “em função de seus vínculos com a história e a identidade nacional”. Observa-se uma desestabilização das concepções de patrimônio pautadas nesses aspectos. O autor prossegue dizendo que

Até meados da penúltima década do século XX, o vocabulário da história, e especialmente da história da arte e da arquitetura, eram centrais na construção discursiva do patrimônio. Nas últimas décadas do século XX, acompanhando a emergência dos “patrimônios imateriais”, (...) A “concepção antropológica de cultura” tornou-se também, a exemplo do “patrimônio”, um outro “grito de guerra” na luta pelo reconhecimento e pelo registro de “culturas populares” (GONÇALVES, 2015, p.220-221)

Nesse sentido, a constituição de 1988 foi inovadora. O artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil, renovava o conceito de patrimônio, contemplando também os aspectos imateriais dos bens e representações sociais. De acordo com Brasil (1988), o patrimônio cultural brasileiro constitui-se por “bens materiais ou imateriais, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Entretanto, não se deve considerar os processos de construção de identidades apenas no interior dos estados nacionais, mas também os discursos internacionais acerca do patrimônio cultural. A partir da incorporação de processos de pesquisa sobre referências culturais e dos rearranjos institucionais estabelecidos similarmente nas recomendações da UNESCO, percebe-se que esses movimentos cooperaram para a ampliação da noção de patrimônio no Brasil e, nesse sentido, remodelaram a atuação da IPHAN em relação ao desenvolvimento de técnicas de gestão desses bens culturais. A questão do patrimônio cultural é complexa tanto em termos do que ela representa, quanto em como se dará a preservação desses novos “objetos intangíveis” dos efeitos destruidores do tempo. Tais bens de natureza intangível, manifestados para além da encarnação material, mas presentes em manifestações folclóricas, expressões orais, modos de fazer, criar e viver, demandaram a premência em incorporar atos técnicos que vão além do tombamento e das práticas já instituídas. Afinal, a evolução do



entendimento do patrimônio cultural traz como consequência a necessidade de se rever os mecanismos de preservação tradicional. Esses devem transcender os métodos clássicos de preservação patrimonial não somente em termos legais, mas conjuntamente em termos de produção de conhecimento para garantir, por sua vez, valorização e salvaguarda da sua significância cultural.

Nesses termos, entende-se que os bens de madeira devem ser vistos para além do seu substrato material - sua preservação patrimonial dá-se não apenas na madeira, mas também carrega consigo o valor de técnicas construtivas centenárias e a herança da transmissão de saberes.

O MODERNISMO BRASILEIRO EM MADEIRA E AS POLÍTICAS PRESERVACIONISTAS DE PROTEÇÃO DESSES BENS

Defende-se a ideia que a madeira foi um dos primeiros materiais construtivos a ser utilizado para erigir edificações. Para Vitruvius, a madeira teria sido essencial, primeiramente por propiciar o fogo que teria levado os homens a reunirem-se em grupos para se aquecerem e, nessa reunião, por necessidade de comunicação, haveria a invenção da linguagem. Em segundo lugar, apropriando-se do conceito de cabana primitiva, a madeira, juntamente com outros elementos naturais, teria sido a matéria-prima para as primeiras construções humanas (ALVES, 2014).

A arquitetura modernista surgiu em meio à desolação derivada da devastação deixada pela 1ª Guerra Mundial. Prudon (2008) salienta que sua história de origem é complexa tanto intelectualmente, quanto esteticamente. O avanço tecnológico proveniente do desenvolvimento da indústria bélica foi visto como uma ferramenta para se criar um novo estilo com pouca ou nenhuma referência ao passado com o objetivo de instituir ambientes melhores, mais saudáveis e mais acessíveis para todos. Outro ponto fundamental foi o crescimento da utilização de pré-fabricados e novos tipos de materiais, como aço e concreto, estimulados pela necessidade de construir rapidamente, com baixo custo, além de outras qualidades (PRUDON, 2008). Desse modo, na arquitetura moderna, o uso da madeira praticamente limitou-se a papéis secundários, como caixilharia e piso, ou em usos técnicos essenciais nos canteiros de obra como formas para molde de concreto, escoramentos e andaimes (ALVES, 2014).

O desinteresse da maioria dos arquitetos modernistas em empregar a madeira como elemento construtivo, se dá pela rusticidade intrínseca e ao trato artesanal com o material. Alves (2014) complementa que pairava uma crença de que os esforços de modernização do país eram mais compatíveis com o uso da tecnologia do concreto armado em detrimento aos meios construtivos ancestrais. Apesar disso, deve-se destacar que havia alguns arquitetos que, ao contrário da maioria dos profissionais da vertente vigente, valorizavam o caráter regionalista e tradicional das construções em madeira. Segawa (2010, p.69) discorre que eles visavam “demonstrar as possibilidades contemporâneas de materiais tradicionais, permeada no discurso moderno”. Para Lucio Costa, seriam “(...) justamente aqueles poucos que lutaram pela abertura para o mundo moderno, os que mergulharam no país a procura das suas raízes, da sua tradição” (WISNIK, 2001, p.13 apud ALVES, 2014, p.76).

Pode-se exemplificar o lugar de fala de Costa com um de seus projetos, o Park Hotel São Clemente (Figura 1), construído em 1944, que evidencia o uso de materiais tradicionais em uma edificação contemporânea. Alves (2014, p.62) aponta que, nesse projeto, a madeira representava a “tradição popular e a rusticidade, enquanto que a planta e a volumetria



remetiam à modernidade”. Para Alvar Aalto, arquiteto modernista finlandês, a utilização da madeira também radicava-se na cultura arquitetônica local. Assim como Costa, Aalto defendia que o modernismo deveria “enraizar-se na compreensão de antigas geometrias e de contextos familiares” pois essa arquitetura deveria ser, além de moderna, “sensível às particularidades da cultura de seu país” (ALVES, 2014, p.35). Em paralelo, pode-se exemplificar tal entendimento no Brasil a partir da presença de habitações em madeira incorporadas à arquitetura de inúmeras populações, predominantemente rurais, advindas das culturas alemã e italiana, bem como o uso na arquitetura vernacular mineira, nordestina e indígena.



Figura 1: Park Hotel São Clemente. Fonte: ALVES, 2014, p.89.

O uso da madeira foi ficando mais escasso devido a demandas técnicas inerentes da própria matéria e, simultaneamente, por questões culturais. O material carrega consigo diferentes significados sociais, tendo seu uso remetido a áreas rurais e de baixa renda. Ademais, para Alves (2014, p.42), havia o princípio de que a madeira era adequada para “construções temporárias fadadas a serem desmontadas ou substituídas”, como era o caso do Catetinho, primeira residência do presidente da República em Brasília, que será discutido adiante. Devido a tais entraves, parte desse patrimônio desapareceu, em virtude de falta de manutenção e consequente degradação, ou sofreu processo de substituição material por sistemas construtivos entendidos como “melhores” e mais atuais, o que torna a demanda da preservação do patrimônio em madeira ainda mais complexa e pouco discutida.

No cenário internacional, deve-se destacar a atuação do International Wood Committee (IIWC), estabelecido em 1975, e que conta com representantes do mundo todo. Em 1999, o IIWC, na 12ª Assembleia Geral no México, apresentou uma cartilha que determinava fundamentos para preservação das estruturas históricas em madeira. A Carta de Veneza (1964), a Declaração de Amsterdã (1975), a Carta de Burra (1979) e o Documento de Nara



sobre a autenticidade (1994) foram usados como fundamento teórico para desenvolvimento do “Principles for the Conservation of Wooden built Heritage” (Princípios para a Conservação do Patrimônio Construído em Madeira, em tradução livre).

Esse documento teve como objetivo

definir princípios e práticas básicos e universalmente aplicáveis para a proteção e para a preservação das estruturas históricas em madeira, com o devido respeito pelo seu significado cultural. A expressão estruturas históricas em madeira refere-se aqui a todos os tipos de edifícios, ou de construções, totalmente, ou parcialmente, construídos em madeira, que tenham significado cultural, ou que façam parte de uma área histórica (ICOMOS, 1999, p.2)

além de fornecer orientações acerca de inspeção, registro, documentação, intervenções e métodos para restauro, reparação e substituição de partes deterioradas ou comprometidas de tal forma que respeitem os valores históricos e estéticos da edificação (ICOMOS, 1999). Em termos da conservação do patrimônio edificado em madeira, pode-se afirmar que esse é um dos únicos documentos de caráter globalizante que fornece diretrizes exclusivamente sobre a conservação do patrimônio cultural que utiliza esse elemento construtivo. Entretanto, tais práticas devem ser aplicadas atentando-se para as abordagens de conservação dentro dos contextos culturais em que se inserem, para que esses reflitam as práticas e as tradições particulares locais e que também são características intrínsecas do patrimônio cultural. Esse documento reflete as percepções da evolução dos valores culturais de forma contextual e não absoluta (CHAN, 2010).

No Brasil, ao que tudo indica, não há documento que estabeleça procedimentos técnicos específicos para preservação e restauro de patrimônios edificados em madeira e que oriente a tomada de decisões de tal forma a minimizar o impacto negativo ou a perda de valores desses bens. Não há soluções técnicas padrão que possam ser aplicadas universalmente (LARSEN; MARSTEIN, 2016). Entretanto, vale salientar que o documento desenvolvido pelo IIVC, pode ser aplicado aos casos brasileiros, desde que adaptado às especificidades culturais, arquitetônicas, ambientais e normativas do campo preservacionista do país e região onde a estrutura histórica de madeira está localizada. Apesar disso, o processo de preservação e restauro em solo brasileiro aparentemente não se alinha com as proposições e metodologias do comitê. Um exemplo de bem edificado em madeira que poderia munir-se de tais preceitos com intuito de garantir sua salvaguarda é o Catetinho.

CATETINHO – A MADEIRA, O PASSADO E O PRESENTE

Juscelino Kubitschek, ao idealizar a mudança da capital, aspirava, por meio de sua construção, integrar o país ao mundo moderno. Impulsionada pelo otimismo do crescente desenvolvimento econômico do país, a concepção de Brasília tinha, como um de seus objetivos, tornar-se marco do alvorecer de uma Nova Era no Brasil. Pessoa (2003, p.2) aponta que, o projeto modernista de Brasília procurava “expressar com sua qualidade plástica, a renovação da odisseia americana pela construção, a partir do nada, de uma inteira cidade”.

Curiosamente, na área destinada à futura capital, as primeiras edificações erguidas foram de madeira. Uma série de construções como assentamentos para os envolvidos com a construção da cidade, bem como a primeira residência do presidente, foram todas edificadas nesse material, devido, principalmente, ao seu caráter temporário e pretensão de descontinuação após conclusão da obra de Brasília. Kubitschek em seu livro “Por que construí Brasília” manifesta o simbolismo que envolvia a construção do considerado “primeiro edifício



representativo da campanha de construção da capital federal” (IPHAN 2017, p.25), relatando que o Catetinho constituiu para si um símbolo, por ser a “flama inspiradora” que o ajudou a “levar à frente, arrostando o pessimismo, a descrença e a oposição de milhões de pessoas, a ideia de transferência da sede do governo” (OLIVEIRA, 2000, p.37).

O Catetinho (figura 2), nomeado numa alusão ao Palácio Presidencial do Rio de Janeiro, o Catete, apelidado também de “palácio de tábuas”, foi o edifício idealizado por Oscar Niemeyer, para abrigar o presidente durante suas visitas à obra de Brasília. Quanto ao conceito do projeto, o arquiteto pretendia criar

um ponto de apoio naquele descampado, uma construção onde ele [Juscelino], nos fins de semana, pudesse dormir. E foi no Juca’s Bar, com o Milton Prates, que o assunto foi resolvido. Fiz o projeto de uma casa em madeira. (...) E, em 10 dias, o Catetinho foi construído.” (NIEMEYER, 1988, p.110 apud ALVES, 2014, p.116)

O sítio onde o edifício está implantado fica, aproximadamente, vinte quilômetros do Plano Piloto. Segundo IPHAN (2017), não existem registros documentais que apontem estudos para a escolha do local que receberia a construção. Entretanto, aponta-se que um dos fatores para tal decisão tenha sido relativa proximidade ao canteiro de obra, com distância suficiente para evitar a interferência dessa ocupação no desenho urbano da futura capital.

Apesar de seu caráter inicialmente provisório, o Catetinho foi concebido à luz de preceitos claramente modernistas: volume retangular que desenvolve-se horizontalmente sobre pilotis, e que abriga os principais cômodos do palácio, que encontram-se no pavimento superior. Uma escada anexa ao edifício permite acesso a um corredor, que estende-se ao longo da edificação e partir dele acessam-se as quatro suítes, uma sala de despacho em frente à escada, três quartos simples e um banheiro compartilhado. Possui área total de 220 metros quadrados. Sua estrutura é toda em madeira ipê, bem como seu revestimento externo em tabuado, fixados longitudinal e horizontalmente.



Figura 2: Fachada principal do Catetinho. Fonte: IPHAN, 2017, p.85.

Em 10 de novembro de 1956 foi inaugurado durante a segunda visita presidencial ao sítio de Brasília, e, para Kubitschek, esse dia representou “um marco histórico na evolução da cidade” (OLIVEIRA, 2010, p.55). IPHAN (2017, p.37) menciona que, no que diz respeito às obras concebidas por Niemeyer, o Catetinho foi o primeiro de uma “sequência de projetos efêmeros no processo de constituição da nova capital”, como a Escola Júlia Kubitschek (Figura 3), o primeiro terminal de passageiros provisório do Aeroporto Internacional de Brasília e o primeiro hospital da capital, o HJKO. O uso da madeira na obra de Niemeyer não era usual,



sendo aplicada majoritariamente em elementos secundários como brises, caixilhos e pisos, ao contrário de alguns arquitetos que visavam recuperar valores da tradição popular. Alves (2014, p.119) sugere que o Catetinho, apesar de seguir os preceitos da vertente modernista, o fato de ter sido erigido nesse material reforçava a ideia do projeto ser “pautado pela urgência e pela ideia de transitoriedade”. Entretanto, percebe-se a semelhança da concepção volumétrica de tais edificações ditas “provisórias”: volumetria pavilhonar, revestido por tabuado, corredor perimetral, em alguns casos, sobre pilotis. Iphan (2017, p.97) discorre que Niemeyer, ao relatar sua participação na construção de Brasília, “imprime um caráter ainda mais claramente teleológico ao mito fundador do Catetinho”. Pode-se inferir, que apesar de carregar a ideia de efemeridade, a arquitetura em madeira produzida por Niemeyer na nova capital trazia consigo suas constantes projetuais e mostrava a esforço do arquiteto em realizar obras relevantes tanto para sua carreira, como para a vertente modernista da arquitetura brasileira.



Figura 3: Fachada frontal da Escola Júlia Kubitschek. Fonte: IPHAN, 2017, p.37.

Em 30 de junho de 1959, com a inauguração do Palácio da Alvorada, o presidente e convidados deixaram de frequentar o Catetinho. Em 21 de julho de 1959, menos de três anos após sua construção, por solicitação do próprio de Kubitschek, o “palácio de tábuas” foi inscrito no Livro do Tombo Histórico do patrimônio nacional (IPHAN, 2017). E, conforme Pessoa (2003, p.3) coloca, o edifício já incorporava papel de “monumento nacional, necessário para dotar a cidade ainda inexistente, dos marcos históricos que contariam no futuro a epopéia da nova capital”.

Não eram claros os valores culturais que tenham sido originalmente invocados para a proteção do Catetinho (IPHAN, 2017). Para o então diretor do IPHAN Rodrigo Melo Franco de Andrade, em discurso, o tombamento retratava o dever de manutenção da continuidade da tradição nacional e defende que a medida adotada visava

preservar, para os brasileiros de amanhã, a primeira edificação em que o Chefe do Estado começou a exercer, no sítio escolhido para a nova capital do país, as atribuições do Poder Executivo da União [...], erigindo-a como um testemunho ciclópico de confiança no futuro da pátria (Andrade, in IPHAN, 1959, p.19 apud IPHAN, 2017, p.58).



Vale ressaltar que o instrumento de legitimação das decisões de salvaguarda eram de responsabilidade dos técnicos do IPHAN que, na época, estavam envolvidos pela aura intelectual que cercava o grupo de modernistas que faziam parte da instituição. Levando isso em consideração, observa-se uma agitação preservacionista prematura da arquitetura moderna, o denominado “tombamento preventivo”, conforme pontuado por Medeiros e Ferreira (2016, p.3):

É fato que a preocupação com a preservação da arquitetura moderna no Brasil se coloca desde cedo, como atestam os tombamentos da Pampulha e do Palácio Capanema, ainda antes da metade do século passado, e a preocupação precoce com a preservação de Brasília, presente na Lei Santiago Dantas, já em 1960.

A medida inédita do tombamento preventivo garantia, juridicamente, que a construção não sofresse alterações no seu projeto original, ou que fossem destruídas porque, apesar de serem edificações recém construídas, já eram consideradas significativas para arquitetura moderna brasileira. Esse fato fez com que a construção de uma identidade nacional por meio da salvaguarda dos seus monumentos históricos e artísticos contasse também com os edifícios modernos. Theodore Prudon também discorre acerca do reconhecimento do patrimônio do que ele denomina de “pertencente ao passado recente”, num contexto internacional. Relata que, inicialmente, a mobilização protecionista objetivava a preservação dos ditos “ícones” da arquitetura e visavam resguardar o “legado dos mestres”. Exemplifica, expondo que o próprio Le Corbusier engendrou a defesa da preservação da Villa Savoye, projeto de sua autoria, apesar dessa ter sido apenas reconhecida como patrimônio nacional após sua morte (PRUDON, 2008).

Perpétuo (2015, p.142) denota que essas ações precipitadas chocavam-se, de certo modo, com o conceito de patrimônio tratado na lei vigente da época e presumia que essas

ações de preservação de objetos cuja argumentação e justificativa para o tombamento haviam se desprendido da valoração da ancianidade, (...) levou à preservação de obras atreladas ao Movimento Moderno recém-inauguradas ou, até mesmo, inacabadas” e que induziam a “forçar um pouco a interpretação de Patrimônio

Pode-se traçar, inclusive, um paralelo com as políticas preservacionistas de Brasília nascidas, praticamente, simultaneamente com a cidade. A Lei Santiago Dantas surgiu no ano da inauguração do Plano Piloto e, apesar de Perpétuo (2016:59) afirmar que tal lei “restringe-se a proteção ao seu projeto, o de autoria de Lucio Costa, provavelmente com o intuito de garantir a consecução da obra”, foi ela que proporcionou o substrato teórico tanto para criação do Decreto no 10.829/87, quanto da Portaria no 314/92 que, respectivamente, protege e tomba o conjunto urbanístico de Brasília.

Em 1988, com a Constituição Federal e a efetivação da autonomia político-administrativa do Distrito Federal, o Catetinho passou a pertencer à administração distrital. Segundo IPHAN (2017:16) o bem tombado “passou por ciclos de manutenção precária alternados com momentos de intensas intervenções de restauro ou adequação”. Não fica claro como foram executadas tais intervenções e infere-se que os procedimentos técnicos e diretrizes fornecidas por organizações de preservação patrimonial internacionais de bens de madeira, como o IIBC, não foram utilizadas como aporte metodológico. Aliás, um dos pontos fundamentais defendido pelo comitê é a importância da documentação e catalogação rigorosas da edificação, essenciais para gerar um diagnóstico completo e preciso da condição do bem, das causas de deterioração e possíveis falhas estruturais da estrutura de madeira. Uma estratégia coerente de monitoramento e manutenção regulares é crucial para a proteção de estruturas históricas de madeira e de sua significância cultural.



De acordo com Iphan (2017), em 1991, a primeira reforma sofrida pelo palácio introduziu uma pintura azul nos elementos estruturais. Por ter sido removida em 2012, entendeu-se que tal interposição não tenha sido impulsionada pela aspiração de recuperar sua característica fundamental, e sim por uma decisão arbitrária, que vai de encontro a outro ponto da cartilha do IIVC, que defende que a preservação e conservação deve zelar pela autenticidade histórica e pela integridade do patrimônio cultural. Apesar de o inventário relatar algumas das modificações sofridas pelo Catetinho, não há descrição rigorosa que informe quais foram os procedimentos e metodologias que ensejaram tais ações. As intervenções deveriam basear-se em estudos e avaliações rigorosos, e qualquer questão que possa prejudicar a integridade física da estrutura deve ser analisada com cautela.

A significância cultural do palácio de tábuas é inegável, apesar de seu histórico de salvaguarda ter sido precoce. Apesar de que, em virtude do seu processo de musealização, afirmou-se o entendimento de ser o Catetinho mais propriamente um “bem cultural que um puro atrativo turístico — ao menos no tocante aos papéis assumidos pelas respectivas secretarias de estado no âmbito do Governo do Distrito Federal” (IPHAN, 2017, p.29). Apesar disso, seu cumprimento de função museal vê-se prejudicado em razão do seu quadro funcional limitado e inexistente aporte de recursos para o seu funcionamento diuturno. Mesmo assim, o local tem permanecido aberto ao público diariamente. Iphan (2017, p.30) aponta que atualmente, uma das principais ameaças à conservação do edifício e de seu acervo “advêm justamente de seu funcionamento e atendimento ao público: a carência de pessoal para realizar a vigilância do espaço e a falta de qualificação da equipe terceirizada de limpeza e manutenção, ensejando ocasionais danos pelo manejo inadequado de material de limpeza”. Em virtude disso, IPHAN (2017, p.16) alerta que, atualmente, o Catetinho recebe

mínimas ações de conservação física, já apresentando novos problemas causados por agentes ambientais diversos. Sua função museal pública tem-se visto prejudicada por fatores variados, desde a construção de um viaduto que lhe prejudicou o acesso até a falta de recursos para as necessárias ações de pesquisa e educação referentes ao seu acervo, história e representatividade.

A negligência com o palácio de tábuas demonstra a falta educação patrimonial na sociedade brasileira, de investimentos e políticas públicas efetivas por parte do Estado que fortaleçam a construção do patrimônio cultural nacional. O IIVC reforça que a recuperação dos valores relacionados ao significado cultural de estruturas históricas de madeira por meio de programas educacionais é um requisito essencial para edificar uma política sustentável de desenvolvimento e de preservação. O estabelecimento e aprimoramento de programas de treinamento sobre a proteção, preservação e conservação de estruturas históricas de madeira devem ser incentivados e essa formação deve basear-se numa estratégia abrangente, integrada nas necessidades de produção e consumo sustentáveis. Tais programas devem ser aplicados nos âmbitos local, regional, nacional e internacional, para que, dessa forma, os bens edificados em madeira e seus valores materiais e imateriais, não se percam em meio à ruína.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Catetinho, atualmente, carrega em si valores imateriais muito significativos: foi o primeiro edifício da capital, exemplar modernista concebido por Oscar Niemeyer e monumento em madeira fadado a ser desmanchado. A pedido do próprio presidente Juscelino Kubitschek, o palácio de tábuas foi inscrito no Livro do Tombo. Questionou-se que o tombamento tenha sido suscitado por motivos que, na época, pareciam carentes de valores de historicidade, artifício



utilizado por modernistas para garantir não somente a integridade material, mas a perenidade da concepção projetual. Apesar desses questionamentos que cercam o tombamento do Catetinho, é inegável sua significância nos dias atuais.

De qualquer forma, os modernistas brasileiros, ao cultivarem o “passado recente”, objetivavam não somente a salvaguarda de seus projetos, mas também a construção da identidade da nação, por mais que essas edificações (ainda) não fizessem parte dessa memória histórica.

Com relação aos valores materiais do edifício, no Brasil, há políticas e leis que garantem a proteção do patrimônio como um todo, mas nenhum desses documentos refere-se especificamente aos edificadados em madeira. Inclusive, as referências bibliográficas sobre esse assunto são escassas. Essa questão é complexa e pouco discutida, especialmente para o patrimônio moderno. Entretanto, o IIWC desenvolveu um documento, que tem o intuito de ser aplicado globalmente, voltado para edificações de interesse cultural e que tem como objetivo ser um manual de boas práticas do uso madeira, compreendendo as especificidades, não somente materiais, mas culturais, arquitetônicas, normativas de cada local.

Ressalta-se que a preservação do patrimônio se construiu na necessidade de salvaguardar bens e tradições, seja pelo caráter material e imaterial essenciais na edificação da memória e identidade no contexto que se inserem. Ações e políticas efetivas devem ser aplicadas, transcendendo estigmas e considerando as peculiaridades tangíveis da madeira e aspectos intangíveis da edificação, para garantir a salvaguarda desses lugares de memória para a posteridade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Taís de Moraes. **Madeira na arquitetura moderna brasileira**. Trabalho de conclusão de curso. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2014.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro, RJ: Minc, 1987.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p

BRASIL. **Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial, Rio de Janeiro, RJ, 6 dez.

CHAN, Amy. **Preservation and Restoration of Timber Heritage Structures**. Melbourne: International Specialised Skills Institute, 2011.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: UNESP, 2006.

FERRAZ, Thalyta Gomes. **O papel da cooperação Sul-Sul na rearticulação da autoridade do patrimônio cultura no Brasil**: um estudo sobre ações internacionais do IPHAN. 2015. 230 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2015.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Registro**. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO,

Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio**



Cultural. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

GONÇALVES, José Reginaldo. **A retórica da perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo. **O patrimônio como categoria de pensamento, ensaios contemporâneos** IN: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (orgs.). Memória e patrimônio, ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O mal-estar no patrimônio:** identidade, tempo e destruição. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, set. 2015. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/55761>>. Acesso em: 24 Mai. 2018.

ICOMOS. **Principles for the Conservation of Wooden Built Heritage.** Mexico: Icomos, 1999. (12.^a Assembleia Geral no México).

IPHAN. **Inventário do catetinho.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2017. (Volume 1).

LARSEN, Knut Einar; MARSTEIN, Nils. **Conservation of Historic Timber Structures:** An ecological approach. Oslo: Butterworth-heinemann, 2016. (Series in Conservation and Museology).

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro de. **A Antropologia e o patrimônio cultural no Brasil.** In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (Org.). Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e Desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007

MEDEIROS, Ana Elisabete; FERREIRA, Oscar Luís. **A preservação do conjunto arquitetônico do antigo HJKO em debate** . In: RIBEIRO, Sandra Bernardes; PERPÉTUO, Thiago (Org.). Patrimônio em transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2016.

NORA, Pierre; AUN KHOURY, Tradução: Yara. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S.l.], v. 10, out. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 18 maio 2018.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. **Por que construí Brasília.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

PERPÉTUO, Thiago. **Revisitando o processo de tombamento de Brasília:** uma contribuição historiográfica para novas interpretações do objeto protegido In: RIBEIRO, Sandra Bernardes;

PERPÉTUO, Thiago (Org.). **Patrimônio em transformação:** atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2016.

PERPÉTUO, Thiago. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização:** modos de narrar, ler e preservar Brasília.. 2015. 273 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015.

PESSÔA, José Simões de Belmont. **Brasília e o Tombamento de uma Ideia.** 5. ed. São Carlos: Docomomo Brasil, 2003. (5º Seminário Docomomo Brasil).

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil.** Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online), São Carlos, n. 3, p. 4-14, jan. 2006. ISSN 1984-4506. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44654>>. Acesso em: 22 may 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i3p4-14>.



POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 20 Mai. 2018.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>>. Acesso em: 20 Mai. 2018.

PRUDON, Theodore H. M. **Preservation of modern architecture.** Hoboken, NJ, USA: John Wiley & Sons, 2008.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. **A noção de patrimônio e a origem das ideias e das práticas da preservação no Brasil.** Arqutextos, São Paulo, ano 13, n. 149.01, Vitruvius, out. 2012 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/13.149/4528>>.

SCHLEE, Andrey. Far West & Modernismo Candango. In: COMAS, Carlos Eduardo; PEIXOTO, Marta; MARQUES, Sergio (Org.). **Madeira:** Primitivismo e tecnologia na arquitetura do cone sul americano, 1930/1970. Porto Alegre: Uniritter, 2016.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil: 1900 - 1990.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.